

Programa Eleitoral do PAN às Eleições Autárquicas 2021



A NOSSA CA(U)SA

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

2

P(essoas)

DIREITOS UNIVERSAIS FUNDAMENTAIS

SAÚDE

Promoção da Saúde na Comunidade

Saúde Mental

Cuidadores Informais

Mobilidade Reduzida - Acessibilidades

Alimentação

Atividade Física

EDUCAÇÃO

DIREITO À HABITAÇÃO

EMPREGO

TRANSPORTES PÚBLICOS

INFÂNCIA

ADOLESCÊNCIA

IDADE ATIVA

TERCEIRA IDADE

DIREITOS HUMANOS E A SUA EFECTIVAÇÃO

PROTEÇÃO CIVIL

COMBATE À POBREZA

COMBATE À VIOLÊNCIA

COMBATE AO RACISMO - COESÃO SOCIAL E INTERCULTURAL

ACESSO À JUSTIÇA NA ESFERA AUTÁRQUICA

UM MUNICÍPIO ALICERCADO NO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO-SOCIAL-CULTURAL

LIMPEZA URBANA E RECICLAGEM

COMÉRCIO E SERVIÇOS

INDÚSTRIA

EMPREENDEDORISMO, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE SÓCIO AMBIENTAL

CULTURA E VALORIZAÇÃO ARTÍSTICA

MEDIA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

A(nimais)

PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL - URGENTE UMA NOVA POLÍTICA ANIMAL

REFORÇO DOS DIREITOS DOS ANIMAIS NO MUNICÍPIO

CROAMA – Uma nova realidade e Reorganização dos Serviços prestados e a prestar

PROGRAMA CED-RED (Capturar-Esterilizar-Devolver)

CONSTRUÇÃO DE UM “HOSPITAL VETERINÁRIO PÚBLICO”

IMPLEMENTAÇÃO DO PELOURO “PROTEÇÃO, SAÚDE E BEM-ESTAR ANIMAL”

Elaboração de um “Plano Municipal de Proteção, Saúde e Bem-Estar Animal”

Elaboração de um “Regulamento Municipal de Proteção, Saúde e Bem-Estar Animal”

Criação da figura do “Provedor Municipal dos Animais”

N(atureza)

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E PROTEÇÃO DO AMBIENTE

AÇÃO CLIMÁTICA E AMBIENTE - MITIGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Ruido

Qualidade do Ar

Resíduos e Economia Circular

ECOSSISTEMAS E BIODIVERSIDADE

MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL E VIAS DE COMUNICAÇÃO

Eixos Cicláveis

Economia e Investimento Municipal

INTRODUÇÃO

No PAN - Pessoas-Animais-Natureza - encaramos a política como veículo para a mudança que queremos ver no mundo. É por isso que levamos tão a sério a confiança que os nossos eleitores depositam em nós e é também por isso que nos dedicamos tão afincadamente no exercício dos nossos mandatos autárquicos. Sentimos a responsabilidade que decorre de sermos a voz de quem nos confiou o seu voto e simultaneamente a oportunidade de podermos contribuir, o melhor que podemos e sabemos, para servir o nosso próximo.

Apresentamo-nos às Eleições Autárquicas 2021 com um programa eleitoral orientado por uma visão ecocêntrica que perspectiva a saúde humana e a saúde do planeta como duas faces de uma mesma moeda e afirmando que só com uma visão integrada poderemos alcançar aquilo que comumente designamos como qualidade de vida. Este programa pretende responder aos dois grandes desafios do tempo presente: a crise climática e a crise sócio-económica.

Os próximos quatro anos serão, pois, especialmente complexos à escala global e, também, à escala local, com os municípios a serem chamados para a linha da frente da implementação das políticas públicas, num cenário de descentralização de competências que pode ter o mérito de aproximar as respostas necessárias às populações, mas também o risco de, se consumado sem planeamento e sem o necessário investimento, colocar um país já de si a várias velocidades ainda mais fragmentado.

Organizamos o nosso programa autárquico colocando nos munícipes o centro da nossa ação política, com a consagração de propostas que abarcam os vários ciclos de vida das cidadãs e cidadãos e as diferentes dimensões do quotidiano a nível municipal. E fazemo-lo, naquilo que é orgulhosamente um traço distintivo do PAN, sempre com total respeito pelas demais formas de vida e pela nossa casa comum: o planeta Terra. Para nós o caminho faz-se com políticas que coloquem pessoas, animais e natureza a coabitar harmoniosamente, sendo que não concebemos um cenário em que um destes três pilares se autonomiza face aos demais.

DIREITOS FUNDAMENTAIS

SAÚDE - Promoção da Saúde na Comunidade

- Promover a expansão das Unidades de Saúde Pública, em número de profissionais, recursos e instalações, enquanto peças fundamentais e centrais no desenvolvimento de políticas de saúde.
- Assegurar o funcionamento de uma Unidade de Saúde Pública por cada freguesia.
- Promover o melhoramento das Unidades de Saúde Pública existentes.
- Garantir, em colaboração com o Estado Central, que as unidades de Saúde Pública têm à sua disposição todas as condições e recursos necessários para a prevenção, deteção e controlo da doença.
- Assegurar as condições para que cada município tenha um médico de família.

Saúde Mental

Muitos dos sinais de perturbação psicológica na vida adulta surgem na infância e na adolescência, pelo que as escolas são espaços privilegiados para identificar e sinalizar comportamentos que possam vir a consolidar problemas de saúde mental.

- Reforçar as equipas de psicólogos nos agrupamentos escolares, alargando o seu âmbito de atuação;
- Apoiar e desenvolver projetos junto das comunidades escolares que promovam o desenvolvimento de uma rede de associativismo juvenil, como forma de combater o isolamento e prevenir cenários de exclusão;
- Implementar um programa municipal de combate ao estigma na doença mental, nomeadamente através de jornadas que incluam formação, debates, curtas-metragens, escrita criativa, música e desporto.

Cuidadores Informais

Os cuidadores informais garantem qualidade de vida a quem é cuidado e evitam muitas vezes a sua institucionalização. Devem ser ajudados e apoiados na sua tão importante atuação.

- Garantir a existência de canal municipal de comunicação e atendimento claro e direto para os cuidadores informais pelo qual possam ser esclarecidos sobre os seus direitos e apoiados a exercê-los;
- Articular com as unidades de saúde a garantia de acompanhamento adequado dos cuidadores e de quem é cuidado;
- Garantir que sejam concedidos os apoios e toda a logística necessária à ação do cuidador.

Mobilidade Reduzida - Acessibilidades

A acessibilidade é um direito humano e ao mesmo tempo um instrumento para o usufruto integral dos direitos humanos por cada pessoa. Propostas:

- Realizar um diagnóstico atualizado relativo ao incumprimento pleno da legislação sobre acessibilidades;
- Elaborar uma Estratégia de Acessibilidades, transversal às diversas áreas de governação da cidade.
- Intensificar a fiscalização de operações urbanísticas sujeitas a controlo prévio, assegurando o cumprimento das condições de acessibilidade a satisfazer no projeto e na construção de espaços públicos, equipamentos coletivos e edifícios públicos e habitacionais;
- Criar um programa de apoio financeiro e técnico para que as pessoas possam adequar as suas casas e os edifícios onde habitam, tendo em vista o máximo de autonomia e independência;
- Disponibilizar em todos os serviços do município respostas de vídeo-interpretação em língua gestual portuguesa, que permitam colocar surdos e ouvintes em comunicação, assegurando que todos esses serviços são acessíveis até ao final do próximo ano.

Mobilidade intermodal, inclusiva e ativa

Na área da mobilidade, a transição tem de passar por novas formas de reorganização de trabalho e pela aposta numa mobilidade sustentável, suave, intermodal, ativa e inclusiva. O PAN propõe:

- Eliminar as barreiras arquitetónicas que persistem nas cidades, que dificultam a inclusão, inviabilizam o acesso aos transportes públicos e uma cidadania ativa;
- Aumentar a rede pública de sistemas de carregamento elétrico de automóveis.
- Promover a implementação de uma rede municipal de bicicletas partilhadas.

Alimentação

A alimentação e os hábitos alimentares saudáveis são essenciais na prevenção da doença e na promoção da saúde.

- Disponibilizar a dieta vegetariana nos estabelecimentos públicos, exatamente nos mesmo moldes das dietas de carne e peixe e não num regime excecional, promovendo-a e permitindo o contacto de todos com esta dieta;
- Garantir que as empresas públicas e/ou apoiadas pelo estado têm sempre opções vegetarianas disponíveis nos refeitórios, bares, e máquinas de venda automática;
- Garantir que todos os eventos públicos ou apoiados pelo município integram esta preocupação na oferta alimentar disponibilizada.

Atividade Física

A atividade física regular é um fator chave para a prevenção e o controlo das doenças não transmissíveis (DNTs), como as doenças cardiovasculares, a diabetes tipo 2 e alguns tipos de cancro. A atividade física também beneficia a saúde mental, incluindo a prevenção do declínio cognitivo e sintomas de depressão e ansiedade, contribuindo para a manutenção do peso saudável e do bem-estar geral.

Desporto organizado como centro de formação desportiva e pessoal

- Construção de um *Campus Desportivo*, com as mais diversas áreas desportivas e actividades ao ar livre, aberto a toda a comunidade, sem limite de idade;
- Atribuição de Bolsas Anuais a jovens que se destaquem com mérito nas mais diversas modalidades desportivas e que por carências económicas estão privados de seguir uma carreira desportiva federada;
- Promover eventos desportivos amadores entre freguesias e concelhos vizinhos, com especial foco no fair play e socialização intercomunitária.
- Promover eventos desportivos amadores entre freguesias e concelhos vizinhos, com especial foco no fair play e socialização intercomunitária.
- Preservar, manter e apoiar a continuidade das associações e coletividades do concelho.

Educação

Para o PAN, é fundamental que os municípios reflitam nas políticas educativas os seguintes compromissos:

1. Promover oportunidades de educação formal, não formal e informal, de qualidade e inovação educativa para toda a comunidade escolar;
2. Articular com o Ministério da Educação a disponibilização complementar de recursos e apoios técnicos especializados, psicólogos, terapeutas, serviço social, animadores, tradutores de Língua Gestual Portuguesa, materiais e serviços necessários ao melhor funcionamento da comunidade educativa;
3. Aumentar o número de funcionários não docentes nas escolas;
4. Promover o acesso de todos os munícipes à formação complementar em artes de modo equitativo.

Direito à Habitação

O acesso à habitação é um direito universal. Habitação não se trata apenas de um local para pernoitar. É o nosso lar, o nosso espaço, a nossa proteção.

Património público e Habitação pública

- Elaborar um levantamento do parque habitacional público para identificação do seu estado de conservação e ocupação, a par do levantamento e análise das necessidades de habitação nas diferentes áreas urbanas e do tipo de agregados e rendimentos dos mesmos;
- Apostar num forte reforço do investimento na reabilitação e construção de habitação pública para arrendamento acessível, pugnando pela mobilização do património imobiliário do Estado e municipal;
- Erradicar as situações de alojamento precário;
- Criar bolsas específicas a atribuir a entidades públicas ou privadas que tenham programas de apoio e proteção de pessoas vítimas de violência doméstica, discriminação ou marginalização habitacional, nomeadamente migrantes e refugiados, pessoas em situação de sem-abrigo, menores vítimas de abandono ou maus tratos, pessoas LGBTI+ especialmente vulneráveis e pessoas maiores que se encontrem em camas hospitalares sem família que as possam ou queiram acolher, com possibilidade de permanecerem com os seus animais de companhia;
- Promover a criação de sites municipais e metropolitanos que agreguem as diversas ofertas ao nível da oferta habitacional pública, por território, bem como os diversos programas disponíveis.

Emprego

A precariedade das relações laborais continua a manifestar-se a nível municipal. Associada a baixos salários e a horários desfasados, a precariedade é um flagelo que tem de ser ativamente combatido, sendo que as autarquias devem ser promotoras de um conjunto de boas práticas para a contratação e gestão de capital humano.

- Celebrar contratos de trabalho sem termo sempre que as tarefas e competências não assumam carácter sazonal ou temporário.

Transportes Públicos

- Melhorar e modernizar os transportes públicos de forma a proporcionarem uma deslocação mais rápida, confortável e menos estressante;

- Fortalecer as redes de transportes públicos, aumentando a área coberta, o número de rotas, bem como a respectiva periodicidade, nas horas de ponta, no horário noturno, fins semana e feriados e estruturando-as a nível supramunicipal;
- Promover a adaptação da rede de transportes públicos em articulação com as diversas entidades públicas e privadas, de modo a garantir que todas as estações de metropolitano, de comboios e interfaces modais são acessíveis a todas as pessoas;
- Intervir junto da CP, de modo a melhorar a oferta existente, sobretudo nas horas de ponta e maior afluência de passageiros;
- Promover locais de qualidade e conforto, com sombra, nas paragens de autocarro;
- Criar estacionamento gratuito para carros elétricos em parques periféricos.

Infância

Acesso a Creches

- Resolver a dificuldade de acesso a creches.
- Garantir a cobertura de creches públicas de qualidade.

Qualidade de Jardins de Infância e educação pré-escolar

Garantir infantários de qualidade para início de uma formação de qualidade das novas gerações.

- Alargar a oferta de jardins-de-infância públicos.

Adolescência

A adolescência é uma fase da vida em que as pessoas são sujeitas a mudanças em diversos níveis: físicos, psicológicos e sociais.

Educação Sexual

É fundamental entender e agir conscientemente em todas as dimensões envolvidas na sexualidade.

- Afixar nas escolas, em locais visíveis e com grande afluência, informação clara sobre as doenças sexualmente transmissíveis, a contraceção e o uso abusivo da contraceção de emergência (pílula do dia seguinte);
- Distribuir gratuitamente copos menstruais em consultas de planeamento familiar nos centros de saúde.

Idade Ativa

É nesta fase que a idade começa a ser um critério de discriminação no acesso aos mais variados serviços públicos (e privados):

- Eliminar a discriminação no acesso a bens ou serviços públicos e fiscalizar, no sentido de a controlar também ao nível privado.

Terceira idade

Um município que queira promover de forma efetiva a saúde na terceira idade deve apostar na proteção social das pessoas mais idosas.

- identificar pessoas idosas isoladas;
- promover redes de respostas comunitárias de proximidade;
- reduzir riscos de saúde (quedas, por exemplo) nos espaços públicos;
- assegurar mecanismos de monitorização de saúde/risco de pessoas isoladas

Atividades Sociais e Recreativas

A terceira idade como valor inestimável da sociedade.

- Sensibilizar para a importância da continuidade da participação ativa na comunidade;
- Garantir que todos os seniores têm acesso a oportunidades de exercício, convívio e bem-estar;
- Organizar, nos espaços e infraestruturas municipais, eventos recreativos direcionados para os munícipes seniores.

Equipamentos

Dar dignidade aos munícipes da terceira idade e apoiar as suas famílias.

- Disponibilizar respostas diversificadas de acolhimento e residência, garantindo serviços de apoio e saúde adequados;
- Desenvolver projetos de residências autónomas partilhadas;
- Disponibilizar de forma acessível os dados de todos os centros de dia e residências, usando todos os canais de comunicação à disposição do município.

Direitos Humanos e a sua Efectivação

As autarquias locais (município e freguesias) têm um papel fundamental na proteção e promoção dos direitos humanos.

Os direitos humanos não podem ser colocados em causa.

- Promover um Observatório Municipal dos Direitos Humanos que possa contribuir para o respeito e efetivação dos direitos humanos no município, antecedido de um estudo prévio das atribuições e entidades que possam vir a integrá-lo;
- Promover apoio financeiro e técnico, nomeadamente através de ações de capacitação técnica e financeira, ou cedência de espaços, a organizações não-governamentais e outras entidades da sociedade civil sem fins lucrativos que atuem no território do concelho e que tenham como missão assuntos relacionados com os direitos humanos.

Proteção Civil e Segurança

O PAN considera implementar algumas medidas, a acrescentar ao que tem sido feito no domínio da proteção civil:

1. Aumentar o efetivo policial na Amadora, dinamizando um acompanhamento de proximidade;
2. Incrementar o apoio aos agentes de proteção civil;
3. Expandir a videovigilância a toda a área do concelho;
4. Incluir o socorro animal na lógica de atuação da proteção civil;
5. Proteger as populações e grupos mais vulneráveis, em situações de urgência e inadiáveis.

Combate à Pobreza

O combate à pobreza requer uma visão multidimensional e, por isso, respostas coordenadas a nível nacional, regional e local, devendo ser exigida uma participação ativa das Câmaras e Juntas de Freguesia:

- Construir uma Estratégia Integrada de Combate à Pobreza, envolvendo todas as vereações desde o início do processo, que inclua a definição de metas mensuráveis e a calendarização de relatórios e avaliações, para a qual devem ser disponibilizados recursos técnicos e financeiros para a sua implementação e monitorização;
- Realizar campanhas de sensibilização para a temática da pobreza e da exclusão social, adaptadas a diversos públicos;
- Criar programas que visem apoiar o acesso de pessoas em situação de pobreza ou no limiar desta aos serviços da saúde, educação, habitação, empregabilidade, gestão de eventual atribuição de crédito bancário, entre outros;
- Criar, por parte da autarquia, um balcão de atendimento de aconselhamento jurídico, em áreas específicas como habitação, direitos energéticos e outras matérias específicas que se verifiquem necessárias.

Combate à Violência

- Elaborar um Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, de acordo com a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação - Portugal + Igual (ENIND);
- Desenvolver um programa municipal específico de combate às práticas nefastas, nomeadamente mutilação genital feminina (MGF) e casamentos/uniões precoces, infantis e forçados, envolvendo a comunidade, as organizações não governamentais, os líderes religiosos e a academia;
- Financiar programas dirigidos à comunidade escolar de prevenção e sensibilização para as distintas formas de violência, como a violência de género (abuso e violência sexual, práticas nefastas, violência doméstica, entre outras);
- Assumir, por parte do município, a proteção, defesa e apoio das vítimas e sobreviventes de violência doméstica, abuso sexual, crianças e jovens

vulneráveis e para as suas famílias, bem como outras vítimas de violência, como uma prioridade, em articulação com o poder central, financiando e apoiando as associações e entidades que operem no município nesta matéria;

- Aumentar o número de respostas habitacionais para sobreviventes de violência doméstica e de género, não só de emergência e temporárias, mas também de médio e longo prazo, apoiando os processos de autonomização;
- Providenciar um espaço para que, logo após a denúncia, as sobreviventes de violência doméstica possam pernoitar em segurança com a sua família e animais de companhia, assegurando-se a sua efetiva proteção;
- Promover, em coordenação com a Ordem dos Advogados, uma bolsa de advogados para auxílio e representação imediata de sobreviventes, garantindo que têm sempre acesso a consulta jurídica nas casas-abrigo e no seu processo de autonomização, independentemente das suas capacidades financeiras;
- Assegurar a inclusão da necessidade de acolhimento dos animais de companhia nos Planos Municipais contra a Violência Doméstica;
- Implementar como um dos objetivos do programa municipal contra a violência doméstica a sinalização da presença de violência contra animais de companhia como indicador e preditor da violência nas famílias, indo ao encontro das orientações da DGS.

Combate ao racismo - coesão social e intercultural

Para o PAN os municípios desempenham um papel importante na integração de todas as pessoas, independentemente da sua origem ou crenças. Os direitos humanos não podem ser colocados em causa!

- Estabelecer protocolos com as entidades locais promovendo várias atividades, nomeadamente ações de sensibilização para o respeito intercultural, programas lúdicos como turmas de teatro ou dança para pessoas jovens e adultas, workshops de artes ou culinária, dinamizando a partilha de diferentes culturas e promovendo a aceitação da diversidade e da interculturalidade;
- Criar ou financiar aulas de legislação para a população desconhecadora dos seus direitos, nomeadamente sobre igualdade, direitos e deveres globais, a quem

podem recorrer, quais os mecanismos de prevenção de mutilação genital feminina, casamentos/uniões forçadas, infantis e precoces;

Erradicação da Mutilação Genital Feminina

- Desenvolver campanhas de sensibilização da comunidade para esta realidade, para a necessidade da sua erradicação e para a denúncia destas situações enquanto crime público;
- Implementar projetos de sensibilização e capacitação dos profissionais de saúde sobre a mutilação genital feminina (MGF);
- Garantir respostas de acompanhamento médico, psicológico e jurídico especializado a todas as pessoas que tenham sido alvo de MGF ou que estejam em risco de ser em Portugal;
- Promover, em articulação com os Agrupamentos de Centros de Saúde e as organizações não-governamentais, a elaboração e implementação de planos de ação locais e de protocolos de atuação entre as organizações locais, públicas e da sociedade civil, com o objetivo de territorializar as respostas de prevenção e atuação em situações de risco através de redes locais integradas.

O Acesso à Justiça na Esfera Autárquica

O PAN luta por uma maior democratização e facilitação no acesso à justiça. Propomos:

- Criar um Julgado de Paz no município, inscrevendo no orçamento municipal uma verba de valor adequado que permita custear as despesas do equipamento administrativo necessárias à boa atuação do Julgado de Paz;
- Desenvolver uma ampla campanha de divulgação da existência e competências dos julgados de paz através dos meios de comunicação da autarquia;
- Proceder ao apoio e reforço das equipas da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, bem como à provisão e garantia de instalações adequadas;
- Celebrar protocolos entre o município e a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais nas áreas de habitação, educação, formação profissional, saúde, emprego, reinserção familiar e social, acompanhamento dentro do contexto do estabelecimento prisional e em contexto comunitário.

ADMINISTRAR O MUNICÍPIO ALICERCADO NO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO-SOCIAL-CULTURAL

Para o PAN, uma autarquia quer-se próxima dos cidadãos.

Assim, o PAN propõe:

- Adequar o horário de funcionamento dos serviços municipais de maneira a atender às necessidades das populações, designadamente garantindo respostas em horários pós-laboral e apostando no atendimento diferenciado por agendamento;
- Numa ótica inclusiva e de respeito pelo direito de acesso aos serviços, nenhum munícipe surdo ficará sem atendimento, com a Autarquia a disponibilizar a presença de intérpretes de Língua Gestual Portuguesa;
- Garantir a continuidade da transmissão em direto e posterior gravação das sessões públicas e conseqüente difusão nos canais de comunicação do município.
- Agravar a taxa de IMI sobre prédios devolutos em zonas de pressão urbanística somente quando complementado com medidas de incentivo e apoio à reabilitação urbana com fins de arrendamento a preços acessíveis;
- Assegurar a transparência e celeridade nos processos administrativos;
- Criar um portal da transparência das taxas que, de forma acessível e simples, identifique todas as taxas existentes, a respetiva regulação, os benefícios existentes, o valor e respetiva fundamentação e as contrapartidas;
- Implementar uma tecnologia estilo “Blockchain” em todos os processos de decisão, de forma a que os cidadãos possam conhecer todo o circuito de decisão municipal, bem como de gestão informatizada e rastreável dos processos, independentemente da sua natureza;
- Assegurar que a documentação institucional do Município se encontra em formato aberto e pesquisável, de modo a ser mais acessível aos/às munícipes;
- Criação de um canal digital do munícipe em que os munícipes possam comunicar situações que os preocupem no concelho, obtendo respostas céleres e efetivas dos serviços pertinentes;

- Implementar uma estratégia municipal de compras públicas ecológicas, com uma abrangência total em todos os procedimentos do concurso público, com a consideração de critérios ambientais, sempre que os mesmos estejam disponíveis na Estratégia Nacional de Compras Públicas Ecológicas. Ao mesmo tempo, apresentar anualmente um relatório de sustentabilidade em que conste o ponto de situação de implementação das recomendações, para o município e empresas municipais.

Limpeza Urbana e Reciclagem

- Aumentar a eficácia da recolha do lixo e da limpeza urbana aumentando o número de veículos e de colaboradores, tornando-a menos espaçada no tempo seja na recolha do lixo diário seja nos Ecopontos;
- Modernizar os ecopontos, gerindo-os mais eficazmente.

Comércio e Serviços

Acreditamos que as Autarquias Locais cumprem um papel decisivo na proteção do pequeno comércio, razão pela qual perspetivamos as seguintes propostas em defesa do mesmo:

- Pugar, em articulação com as forças de segurança, pela implementação de práticas que fomentem o sentimento de segurança de comerciantes e respetiva clientela, nomeadamente com a exigência de maior patrulhamento em certos horários;
- Potencializar o espaço público, nomeadamente através dos mercados municipais enquanto espaços privilegiados de comércio local;

Indústria

A atividade industrial é um importante motor de desenvolvimento económico e de emprego local, contudo não se pode sobrepor ao maior desafio que a humanidade enfrenta: as alterações climáticas.

- Atribuir incentivos de fixação às indústrias ligadas à transição energética, às energias renováveis, à mobilidade sustentável, à alimentação sustentável e à promoção da economia circular.

Empreendedorismo, inovação e responsabilidade social e ambiental

- Criar um Balcão de Apoio a candidaturas aos fundos comunitários existentes, que disponibilize apoio especializado e gratuito. Simultaneamente, disponibilizar no sítio da Câmara Municipal informação sobre a matéria, nomeadamente, fundos disponíveis e critérios e requisitos de acesso;
- Disponibilizar espaços municipais com rendas acessíveis, por períodos de três a cinco anos, a cidadãos e empresas que tenham projetos relacionados com a implementação de uma economia circular.

Media e comunicação social

- Apoiar e promover os meios de comunicação social locais.

Cultura e Valorização Artística

Na esperança de que a cultura, as artes e a imaginação sejam o motor de novas formas de pensar e de reinventar as comunidades locais, o PAN propõe:

- Facilitar o gosto pela apreciação estética e a reflexão crítica perante as mais diversas manifestações culturais e artísticas, na ótica da pedagogia do espectador;
- Dinamizar ofertas criativas com vista à captação de públicos;
- Dignificar todos os agentes das artes e da cultura;
- Promover feiras de artesanato e festivais artísticos na Amadora;
- Revitalizar a feira do livro da Amadora;
- Realizar um festival bienal de teatro;
- Incentivar a prática de artes, como dança, música, teatro e artesanato;
- Incentivar a produção artística e cultural e a defesa do património, ao nível local, resistindo ao atual conformismo e normalização civilizacional;

- Instituir infraestruturas para os agentes artísticos e culturais locais, procurando potenciar efeitos de escala supramunicipais.

PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL - URGENTE UMA NOVA POLITICA ANIMAL

A proteção e o bem-estar animal atingiram um patamar de relevo nas sociedades contemporâneas. As políticas públicas municipais devem assim evidenciar e assumir comportamentos ético-humanitários, aos quais não pode ser alheia a implementação de políticas eficazes de proteção e bem-estar animal.

REFORÇO DOS DIREITOS DOS ANIMAIS NO MUNICIPIO MAIS MEDIDAS DE APOIO A DETENTORES DE ANIMAIS DE COMPANHIA

CROAMA – Uma nova realidade e Reorganização dos Serviços prestados e a prestar

- Aumentar a verba do orçamento municipal para o CROAMA, destinada à modernização das infraestruturas e contratação de pessoal;
- Implementar um programa de voluntariado no CROAMA;
- Assegurar o funcionamento do Centro de Recolha Oficial de Animais (CROA), 24 horas por dia e o atendimento ao público em horário pós-laboral;
- Transformar o CROA num centro de bem-estar animal, abrindo-o às associações zoófilas e aos munícipes, de forma a facultar o acesso aos animais acolhidos e permitir a sua socialização;
- Dotar o CROA de mais recursos humanos que possuam a devida qualificação técnica e aptidão para as funções, devendo, para além de médicos-veterinários municipal e dos tratadores-apanhadores, assegurar-se a existência de enfermeiros veterinários, auxiliares de medicina veterinária e especialistas em comportamento animal;
- Garantir a atuação dos serviços médico-veterinários também na comunidade, de modo a assegurar a prestação de cuidados médico-veterinários urgentes e de alimentação adequada;
- Realizar campanhas de esterilização permanentes de animais de companhia, inclusivamente errantes ou com detentor legal;

- Implementar projetos alternativos ao CROA, que permitam a realocização de cães errantes e animais de grande porte para espaços vedados e devidamente controlados, através da criação de “santuários” para a vida animal e parques para matilhas, garantindo a respetiva alimentação, abeberamento e controlo populacional;
- Realizar periodicamente campanhas de identificação eletrónica dos animais de companhia;
- Reforçar a articulação da autarquia com os órgãos de proteção civil locais para uma mais rápida e ágil resposta às situações de negligência e de maus tratos a animais e promover ações de formação às equipas SEPNA E BRIPA que incida em temas de bem-estar animal (acrescentado).

Equídeos e outros Animais de Quinta

- Garantir a existência de soluções que permitam a recolha de equídeos e outros animais de quinta, que sejam vítimas de maus-tratos ou que se encontrem abandonados ou a deambular nas vias e lugares públicos;
- Garantir a contratação de médicos-veterinários em número adequado às necessidades do concelho;
- Intensificar a realização de campanhas de sensibilização e programas educativos na área do bem-estar e proteção animal, junto da população em geral, abrangendo as seguintes temáticas:
 - abandono e maus-tratos animais;
 - detenção responsável de animais de companhia, deveres e cuidados de saúde e bem-estar animal, designadamente vacinação, alimentação, esterilização, abeberamento e adequadas condições de alojamento;
 - benefícios da esterilização e controlo da reprodução não planificada de animais de companhia;
 - respeito por todas as espécies.

PROGRAMA CED-RED (CAPTURAR-ESTERELIZAR-DEVOLVER)

- No âmbito dos programas CED - Capturar - Esterilizar - Devolver, identificar, georreferenciar e regulamentar todas as colónias do município;
- Criar o “Cartão do Cuidador”, credenciando todos os cuidadores identificados com colónias registadas no CROAMA;
- Implementar um “Banco Alimentar” de apoio mensal, tendo como referência o número de animais e/ou colónias registadas pelos cuidadores devidamente credenciados.
- Instalar abrigos para gatos nos parques urbanos do Concelho;

IMPLEMENTAÇÃO DE UM HOSPITAL VETERINÁRIO PÚBLICO

Criar um Hospital Veterinário Público municipal, envolvendo técnicos de apoio social das autarquias, clínicas e médicos veterinários. Este Hospital teria por objetivo apoiar animais de companhia de famílias comprovadamente de fracos ou reduzidos recursos, apoiando com preços reduzidos ou mesmo a custo zero em vários procedimentos veterinários (vacinas, chip, cirurgias, consultas rotina e outros)

CRIAÇÃO DO PELOURO “PROTEÇÃO, SAÚDE E BEM ESTAR ANIMAL”

Criar na orgânica da Câmara Municipal um Pelouro denominado “Proteção, saúde e Bem-Estar Animal”;

Criar um Plano Municipal de Proteção, Saúde e Bem-Estar Animal, dotado de verba orçamental para a sua execução;

Adotar um Regulamento Municipal de Proteção, Saúde e Bem-Estar Animal;

- o Criar a figura do Provedor Municipal dos Animais;
- Proibir o acorrentamento permanente de animais ou o seu confinamento excessivo, nomeadamente em varandas e espaços exíguos.
- Isentar o munícipe do pagamento das taxas de licenciamento anual os animais de companhia;

Fauna Urbana e Animais Silvestres

- A autarquia deve assegurar a implementação de uma rede de pombais contraceptivos, bem como a substituição dos ovos, controlo de doenças e alimentação adequada à espécie;

Espetáculos e Atividades de Lazer com Animais

- A autarquia deve assegurar a proibição, no concelho, da instalação de circos ou quaisquer outras atividades que utilizem animais como objetos de divertimento ou recreação, bem como não atribuir qualquer tipo de apoio institucional, nomeadamente de cariz financeiro ou cedência de quaisquer outros benefícios ou isenções a estas atividades;
- A autarquia deve assegurar a proibição de eventos que utilizem animais para fins lúdicos, como feiras/exposições/corridas com aves, cães ou qualquer outra espécie animal.

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E PROTECÇÃO DO AMBIENTE

Ação Climática e Ambiente - Mitigação das alterações climáticas

Existem evidências científicas de que as ações humanas, desde a Revolução Industrial, se tornaram o principal motor das mudanças ambientais globais. Estamos em 2021, a menos de uma década do ponto de não retorno. Todos os esforços de redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) são poucos para evitar esta ameaça à vida no Planeta. É por isso fundamental o contributo a nível municipal para a redução das emissões. O Município deve ser o promotor da neutralidade carbónica e assumir esse compromisso como uma das suas prioridades. Tem de se apostar nas energias limpas, na eficiência energética e na redução da pobreza energética. Assim, o PAN propõe:

- Que o município se pautar pelo Direito à Soberania Energética, entendida enquanto o direito das pessoas, comunidades e coletivos, de tomar decisões

respeitantes à produção, distribuição e consumo de energia, na forma que considerem mais adequada às suas circunstâncias ecológicas, económicas, sociais e culturais, respeitando a Natureza e as outras espécies;

- Incentivar a microprodução e armazenamento de energias renováveis, com a criação de um pacote municipal de apoio à microprodução e microconsumo de energias renováveis, incluindo tecnologias de armazenamento de energias renováveis em pequena escala, para particulares e cooperativas, com apoios de financiamento bonificado e de subsídios a fundo perdido, promovendo a autonomia energética;
- Elaborar e implementar uma Estratégia Local para a Eficiência Energética;
- Modernizar gradualmente a iluminação pública e a semaforização tradicionais, substituindo por soluções mais eficientes, de preferência com aproveitamento das energias alternativas, com especial incidência sobre a energia solar;
- Implementar uma solução de iluminação pública que permita ligar/desligar a horas específicas com base em dados astronómicos correspondentes ao pôr e nascer do Sol, por forma a otimizar o consumo de energia;
- Instalar equipamentos de produção local de energia renovável para autoconsumo (fotovoltaico e eólico) nos edifícios públicos municipais, através da aplicação dos critérios europeus de compras públicas ecológicas;
- Integrar sistemas solares térmicos nos equipamentos do município em que se consome uma elevada quantidade de água quente, nomeadamente escolas, pavilhões desportivos, quartéis de bombeiros ou piscinas;
- Promover ações de sensibilização à população em geral, com especial relevância nas escolas, focando boas práticas para a redução de consumos energéticos em todos os edifícios públicos;

Ruído

- Reforçar a fiscalização dos níveis, atividades e horários de ruído permitidos;
- Criar regulamentos que permitam acautelar níveis de ruído comportáveis;
- Permitir apenas o fogo-de-artifício silencioso, proibindo qualquer outro tipo.

Qualidade do Ar

A poluição do ar é uma das principais e piores formas de poluição, com impacto direto na saúde dos seres vivos.

- Medir periodicamente a qualidade do ar, elaborando um plano de ação para a melhorar.

Resíduos e economia circular

A necessidade de redução da produção de resíduos urbanos e de aumento das respetivas taxas de reciclagem ainda é um desígnio por cumprir em Portugal. Propomos:

- Elaborar e implementar um plano de ação que identifique as origens do desperdício alimentar no município e soluções para a sua eliminação e aproveitamento.
- Realizar campanhas de sensibilização e responsabilização sob o tema “Recolha de Dejetos Caninos”;
- Promover projetos de incentivo à entrega seletiva de resíduos;
- Assegurar o efetivo cumprimento da Lei das Beatas (Lei n.º 88/2019, de 3 de setembro) no concelho, dotando os caixotes do lixo do município de cinzeiros e colocando-os junto dos estabelecimentos comerciais do município, assegurando a disponibilização de cinzeiros e equipamentos próprios para a deposição de resíduos de produtos de tabaco, bem como de sinalética indicando a proibição de atirar as beatas para o chão;
- Criar pontos de deposição de resíduos de construção e demolição, assegurando o seu adequado tratamento e fiscalização.
- Assumir o compromisso da não utilização de glifosato, declarando o território como "Autarquia Sem Glifosato e outras aplicações generalizadas de herbicidas programadas", privilegiando soluções mais naturais, acompanhando as iniciativas desenvolvida pela Quercus e Plataforma Transgénicos Fora (PTF);
- Tornar públicas as análises da qualidade dos efluentes liberados pelas ETAR, bem como da água de consumo do município e das suas Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR).
- Promover uma rede de hortas urbanas.

ECOSSISTEMAS E BIODIVERSIDADE

Aos Municípios cabe um papel preponderante em matéria ambiental, papel que sai reforçado com o alargamento das suas competências em matéria de arborização e rearborização. Assim, o PAN, propõe:

- Desenvolver, em articulação com o Plano Diretor Municipal, um Plano de Infraestrutura Verde Urbana, delineado por engenheiro ambiental especializado em arbóreo urbano;
- Promover a alteração dos procedimentos para abate de árvores;
- Aumentar o investimento na criação de espaços verdes, mas também na manutenção e reabilitação de espaços verdes existentes, garantindo que reúnem as condições adequadas para o seu uso;
- Incentivar coberturas e fachadas verdes e a proteção de logradouros não impermeabilizados, estabelecendo metas alinhadas com a Resolução do Parlamento Europeu Estratégia da UE da Biodiversidade para 2030;
- Incluir nos planos de arborização do território local de espécies de frutos comestíveis;
- Promover a instalação das chamadas “Estações da Biodiversidade e Biospots”, sinalizados com painéis informativos;
- Garantir um controlo preventivo de animais rastejantes que possam constituir um fator de risco para pessoas e animais, como é o caso da lagarta do pinheiro, permitindo que a médio-longo prazo não constitua um problema para as populações. Devem ser sinalizadas as zonas de risco e colocadas cintas no arvoredado que impeçam a descida e propagação destes animais, sendo colocados ninhos que potenciem a presença de determinadas aves, como os chapins, que de forma natural controlam o aumento populacional destas espécies;
- Criar um serviço municipal de compostagem, responsável pela implementação de centros de compostagem em diversos locais do município, nomeadamente nas hortas comunitárias, nas escolas, bem como pela fiscalização e garantia do seu correto funcionamento.

MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL E VIAS DE COMUNICAÇÃO

A autarquia deve concentrar esforços no sentido de:

- 1) Requalificar as ruas, pensando prioritariamente em quem circula por via pedonal, com modos suaves de deslocação, em pessoas idosas e animais;
- 2) Investir em transporte público de qualidade, seguro, acessível, conveniente e eficiente;
- 3) Elaborar e implementar um Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, seguindo os princípios de priorização dos modos ativos e coletivos de deslocação para a redução da dependência do automóvel;
- 4) Garantir condições de acesso universal a todas as infraestruturas e serviços de mobilidade, que não excluam pessoas com deficiência, mobilidade reduzida ou mais vulneráveis (idosos/as, crianças, grávidas, entre outros grupos);
- 5) Implementar medidas de incentivo às deslocações em modo ativo e transporte público, reestruturar a rede viária de forma a dissuadir o tráfego de atravessamento em bairros e outras zonas sensíveis.

Eixos cicláveis

- Realizar um estudo de avaliação das falhas nas ciclovias existentes, tendo em vista a devida correção e adaptação;
- Criar um sistema de bicicletas partilhadas, com estações nos pontos principais do município, apoiado por um sistema com georreferenciação e pré-registo de utilizadoras/es;
- Integrar a rede de ciclovias na restante rede de meios de transporte, criando um plano intermodal, que integre transportes públicos, bicicletas, automóveis e estacionamento;
- Integrar a rede de ciclovias (existentes e a projetar) em redes alargadas aos concelhos limítrofes, coordenando as ciclovias dos distintos municípios, de modo a assegurar percursos intermunicipais e regionais, com a devida sinalização;

- Criar parques de estacionamento para bicicletas, seguros e gratuitos, junto a todas as interfaces de transportes públicos e parques urbanos;

Economia e Investimento Municipal

Para o PAN é muito claro que não pode haver desenvolvimento económico que não seja sustentável e que não respeite os limites do planeta. É de extrema relevância que a cidade seja mais saudável, segura, resiliente e sustentável.

Para isso, o PAN propõe:

- Manter e reparar equipamentos de apoio a pessoas e animais que circulam a pé e ciclistas, como os bebedouros existentes, e instalar novos bebedouros na cidade para pessoas e animais, criando ainda instalações sanitárias públicas em mais locais da cidade para melhoria das condições de fruição da mesma;
- Garantir as condições de mobilidade nos passeios para peões e pessoas com mobilidade reduzida em zonas com excesso de estacionamento, considerando, entre outras soluções, a instalação de pilaretes;
- Modernizar mobiliário urbano nos espaços públicos: bancos de descanso, parques infantis, zonas verdes e papeleiras com cinzeiro;
- Implementar um pavimento homogéneo e antiderrapante para promover a segurança de todos;
- Sensibilizar pessoas e empresas para as vantagens de adotarem soluções de mobilidade consciente, proporcionando ações de formação, workshops e consultoria gratuita.